

Anuário de Literatura

Volume 15

Número 02

REGIONALISMO: A ZONA
CREPUSCULAR DA LITERATURA

Natalia Borges Polesso
Mestranda em Letras - UCSem

REGIONALISM: THE TWILIGHT ZONE OF LITERATURE

RESUMO: Este artigo pretende realizar uma revisão parcial da história da literatura, tendo como recorte o regionalismo, entendido como categoria literária, no Rio Grande do Sul, do romantismo ao realismo, discutindo, dentro de um panorama histórico-cultural, algumas mudanças de perspectivas culturais, bem como suas implicações no campo da literatura e de seu cânone que ocorreram na sociedade brasileira e, especificamente na gaúcha, no decorrer da história, e como elas afetaram a literatura enquanto processo cultural.

PALAVRAS-CHAVE: regionalismo, história da literatura, cânone literário

ABSTRACT: This article intends to partially review the history of literature, focusing on regionalism, here understood as a literary category, in Rio Grande do Sul. The analysis is from the Brazilian romantic period to the Brazilian realism and it presents a discussion, in a historic and cultural panorama, about some changes in cultural perspective, as well as their implications in the Brazilian literature and its canon that occur in Brazil and specifically in Rio Grande do Sul, in the course of history and how these changes have affected literature as a cultural process.

KEYWORDS: regionalism, history of literature, canon

Há uma quinta dimensão além daquelas conhecidas pelo Homem. É uma dimensão tão vasta quanto o espaço e tão desprovida de tempo quanto o infinito. É o espaço intermediário entre a luz e a sombra, entre a ciência e a superstição; e se encontra entre o abismo dos temores do Homem e o cume dos seus conhecimentos. É a dimensão da fantasia. Uma região Além da Imaginação.¹

Introdução

“Creia ou não creia, ele existe. Por Deus que quem me contou foi índio velho de confiança, daqueles que tem barba suja e sabem tontear as pessoas na conversa, nos causo. Digo de confiança, porque já bateu muito casco de pingo por esses pagos e de certo que já viu muita coisa de arrepiar a crina do bagual. E ele me confirmou, de pé junto, que regionalismo, mas regionalismo mesmo, existe. Por Deus que existe, e eu acredito no homem. Olha, se eu tivesse um tordilho bonito eu botava na aposta. Esse índio velho me contou que lá onde o pingo corcoveou e fez o dito cujo perder as botas, foi lá mesmo naquele lugar que ele viu o tal de regionalismo. Todo volteado na língua. Parecia uma serpente de tão enrolada. Regionalismo... é de chorar falando, de tão bonito. Só que eu acho que se eu tiver que passar esse causo adiante, ainda mais aqui dentro da academia, eu vou ter de sofisticar a prosa um bocado, senão *eles* me descreditam, ainda mais pela minha condição de china, que nunca, nunca ia poder escrever assim. Se souberem que eu vivo na

¹Texto de abertura do programa televisivo *Além da Imaginação* ou *Twilight zone*, em inglês.

cidade, então, e que fiz curso de letras não pra encontrar marido, aí que eu me lasquei de vez. Nem inventando que minha avó repontava e maneava gado solita e que preferia antes apostar os filhos do que o cavalo, mesmo que o troco fosse cachaça, nem dizendo que ela fitava o pampa inteiro do alto de uma colina, ela e a égua, é claro, e que na tardinha ela tinha uma saudade da querência e dos tempos de guria, nem que eu diga que ela era a regina dos pampas a imperadora das coxilhas, nem com nada disso, me acreditariam. Mas que ele existe, existe. Começamos então com uma pergunta.”

Considerações iniciais: o que é literatura regional?

Com esta pergunta posta no título da primeira parte do presente trabalho, aniquilo minha chance de qualquer explicação. Todavia, como coisas estranhas acontecem mesmo na zona crepuscular², vamos levar o morto-artigo adiante. Trago aqui alguns conceitos de regionalismo que nos servem a pensar algumas questões quanto a teoria e a crítica literárias brasileira. Não pretendo resenhar os tão conhecidos conceitos para regionalismo, prefiro aqui apontar algumas questões em historiadores canônicos. Podemos observar nos conceitos abaixo onde começaram alguns dos nossos problemas.

² *Twilight zone* ou Além da imaginação foi uma série sci-fi americana que circulou pelos anos 60 e 80. Os episódios abordavam histórias com elementos sobrenaturais e outras coisas inexplicáveis como aliens, vampiros, mundos paralelos, viagens no tempo e outras bizarrices que aconteciam lá. A *twilightzone* é um espaço nebuloso ou zona crepuscular.

Nas primeiras linhas do *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*, primeiro volume, de Antonio Cândido (2007), encontramos o seguinte

Êste [*sic*] livro procura estudar a formação da literatura brasileira como sistema de tendências *universalistas* e *particularistas*. (...) ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas das dominantes duma fase. Êstes [*sic*] denominadores são, além das características internas, (língua, temas, imagens, certos elementos de natureza social e psíquica. – grifo meu. (CANDIDO, 2007:25)

Primeiramente, a noção de *tendências* não pode ser entendida como estática; em segundo, podemos entender que há uma noção de região implícita na expressão “*tendências particularistas*”. Já temos aí a análise de duas tendências opostas, e historicamente atribuídas de valor. Esses valores foram se modificando e hoje temos uma grande lacuna para seu entendimento.

Anteriormente, como podemos depreender do artigo *Regionalismo e a história da literatura: quem é o vilão da história?* (2001), Marisa Lajolo traça *uma história* da história e da crítica literária brasileira. De acordo com o referido, e em resumo, desde por volta de 1800, tivemos uma historiografia normativa e eurocêntrica tanto no que dizia respeito ao valor estético da forma, quanto do conteúdo. Alguns nomes importantes desse período são Frederich Bouterwer, Simonde Sismondi e Ferdinand Denis. Mais tarde, tivemos ainda um viés eurocanônico, porém sem “sotaque”, na expressão de

Lajolo (2001), neste que ao menos permitiu validar o conteúdo dito “tropical” das obras. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XIX, concomitantemente, surgia uma outra crítica, menos europeizada (e europeizante, porque a crítica faz o escritor também) que consagrava “as mais importantes obras” ou as “mais notáveis obras” até então produzidas no Brasil. Certamente houve uma seleção de critérios para saber o que é o melhor da literatura brasileira em oposição a européia, nesse então, surgem as noções de particular, pitoresco e cor local para nortear essas escolhas. Em 1869, Araripe Júnior, em sua Carta sobre a literatura brasileira, reivindica a americanização plena da imaginação poética, isto é, tenta deslocar a perspectiva crítica e histórica na literatura. Numa terceira geração de críticos, com o centro do país já fortalecido e o programa político-ideológico de formação nacional sendo desempenhado, na literatura, via José de Alencar, vem Machado e seu *Instinto de Nacionalidade* – artigo que apresenta uma noção de sentido de nacionalidade íntimo – para criticar a crítica e a história grafadas até então e, para inserir um elemento de dúvida quanto à qualidade dos chamados *localismos*. Em seguida, uma outra parcela da crítica, com Silvio Romero apresentando uma sistematização da literatura e o diálogo com a tradição historiográfica dada; e Alceu Amoroso de Lima, atribuindo nome aos tais localismos e pregando a sua importância referenciada na literatura (cidade, praia, campo, selva e roça), ainda conferia importância a Monteiro Lobato pela ruptura com as importações européias na prosa brasileira. Enfim, daqui em diante, já citei e é o que há de mais conhecido até o presente, em

termos de história, uma revisão exaustiva não é mérito para este trabalho, aqui só me proponho a traçar um panorama para inserir a crítica adiante.

As complicações são tantas que talvez a pergunta deveria ter sido o que *não* é literatura regional. Bem, é possível analisar alguns elementos a partir dessa negativa. Primeiramente, não é um conceito derivado meramente da geografia, tem seu caráter geográfico, mas não apenas. As delimitações de região estão também no plano cultural, o que o torna ainda mais impreciso. Também não é tão somente pela cultura que as regiões se limitam, há aspectos sociais e econômicos. Todos esses fatores influenciam a identificação dos sujeitos com a sua terra e com seu povo e é a partir daí que podemos pensar em regionalidade como categoria de análise.

O problema de criar uma categoria dogmática referente a literatura regional é que ela pode ser mais excludente do que abrangente. Por isso nos deparamos com tantas dificuldades para entender o regionalismo no sistema literário brasileiro e acabamos por classificar de forma reducionista algumas obras e simplesmente as relegamos do panteão canônico para nunca mais termos que encontrá-las. Contudo, é possível pensar da seguinte maneira: a língua é uma representação simbólica do mundo, constituída e convencionalizada por aspectos culturais e a literatura também é uma representação simbólica, processo e produto cultural estético e não arbitrário, situado no espaço e no tempo, da mesma forma atingida pelos processos de desenvolvimento cultural das sociedades. Então pensar em literatura regional ou regionalismo como tendência a expressar o sentimento de pertença a uma terra *mater* em

oposição aos deslocamentos que o fenômeno da modernização provoca nos indivíduos pode ser um bom viés. Afinal, o mundo é dinâmico e o tempo irrecuperável e como diz Berman

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade (...) nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição de ambiguidade e angústia. (BERMAN, 1987, p. 15)

Então, como preservar, ao menos na memória pessoal ou coletiva, parafraseando Marx, as coisas que se desfazem no vento dessas mudanças? Parece-me justa a ideia de querer registrar a experiência desse descompasso, seja pelo mergulho, seja pelo afogamento no torvelinho da experiência de modernidade. Além do mais a memória coletiva é um bem comum e negociável, isto é, pode ser constantemente rearranjada, remodelada e reconstituída. O que nos importa agora é a forma como esse processo é inscrito na história da literatura.

O registro da formação da sociedade numa perspectiva cultural pelo viés da literatura atravessada pelo regionalismo

A formação da sociedade brasileira foi marcada por três séculos de processo colonial. É claro que pensar o Brasil de forma homogênea é bastante ingênuo, logo há que se considerar regiões e certa centralização de poder, zonas mais e menos desenvolvidas cultural, social economicamente, bem como, áreas de formação intelectual mais e menos ativas.

Durante o que se entende como os primeiros movimentos literários no Brasil, – quinhentismo, a literatura jesuítica, barroco e arcadismo – a literatura mais popular no país, se é possível dizer popular, importava, tanto a forma, quanto o conteúdo, de uma prática literária europeia. Os movimentos aconteciam mais ou menos como uma imitação do padrão europeu. Porém, nesse último período – arcadismo – a transição foi mais processual do que de ruptura, pois já havia uma tentativa de integrar as particularidades brasileiras na ideia de cultura (ainda europeizada) vigente. No romantismo, ao contrário, o movimento foi de ruptura pela afirmação do particular no Brasil. Porém, conforme Pozenato (1974), esse processo só se transforma em ruptura quando inserido num plano de ideologia, dentro de um conjunto programático. Nada mais programático do que o romantismo brasileiro, ninho do famoso projeto alencariano.

Explico: quando por volta de 1800, o Brasil começa a criar um sentimento identitário de grupo, pertencente a uma mesma origem (mítica)

que compartilha dum mesmo passado, língua, história e território, mesmo não sendo ainda uma nação, um conflito se apresenta: a diferença “aqui e lá”. Um conflito da intelectualidade e elite brasileira com a Europa, mais especificamente, Portugal. Esta mudança de pensamento cria uma ruptura que renova o sistema literário brasileiro. Justifico o uso do conceito sistema, porque já existia de fato a tríade autor-obra-público³ (porém, penso que a tríade não se sustentaria apenas nessas bases, além das três, incluiria crítica, academia, mercado editorial). Este sentimento de diferença vem carregado de ufanismo, que se apresenta inicialmente, na literatura, de forma ligeiramente elaborada na paisagem quase sempre bucólica, porém por mais contraditório que esse argumento soasse, ele serviu ao propósito do novo projeto literário em formação: inserir o índio como elemento de brasilidade para a construção e solidificação de um novo painel cultural.

Nesse sentido, o que vinha colaborando anteriormente para o reforço desse sentimento de nação que o Brasil formava, foi a vinda de D. João VI e o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro. O processo de urbanização e a promoção da vida cultural e artística fizeram com que o povo (leia-se: população da região central do Brasil) começasse a perceber o fato de ser mesmo uma nação. Quando D. João deixa o Brasil, a ideia de independência parece surgir como consequência natural, pois não se quer ser colônia novamente, logo a reconstrução do quadro político brasileiro implicou na exclusão de Portugal – o europeu perde a tanga e vai embora

³ Referência a Antônio Cândido.

com as vergonhas expostas e o corajoso e original tipo brasileiro toma a cena. Configura-se uma nova perspectiva cultural e política, ficando assim, D. Pedro responsável pela unificação dos estados em prol da unidade territorial e política do país. É nesta perspectiva que se baseia o período romântico da literatura no Brasil e conforme Zilberman

O romantismo brasileiro é considerado a resposta, no plano artístico, a uma aspiração generalizada que congregou os intelectuais na época em toda a nação: o desejo de expressar uma temática local, sem influências externas, através de recursos autônomos. Desejava alcançar uma independência literária, como contrapartida à liberdade política. (ZILBERMAN, 1982:30)

No entanto, pode-se dizer que o Brasil, mesmo depois da proclamação da independência, ainda não poderia ser compreendido como nação. Seu amplo território e diferentes regiões eram praticamente outros continentes, separados por largas fronteiras selvagens e metafóricos oceanos das mais exóticas culturas, contudo, sob a égide de uma mesma língua e um “passado em comum”. É dentro desse panorama ideológico que surgem as manifestações regionalistas no Rio Grande do Sul. Na busca de uma identidade remota e mitológica, que pudesse ajudar na tomada de posição frente à experiência da iminente modernização, ou seja, uma nova configuração de mundo. E, como a prenunciada nação estava embebida em sentimento ufanista, reforçava-se um projeto ideológico para diferenciar a paisagem, os costumes e os indivíduos das regiões. Neste sentido, conforme

Pozenato (1974), é possível verificar, nas obras, (a) a *representação* de uma realidade regional e (b) a *intenção* política de realizar essa representação. Ainda de acordo com o autor, esse segundo pensamento obedece a um programa dotado de ideologia, podendo ser chamado *Regionalismo*. É uma maneira interessante de pensar o termo, mas reduzir o movimento a um *ismo* é deixar de abarcar uma série de outros fatores. Veremos a seguir.

Essa primeira fase do regionalismo é vinculada ao período romântico e apresenta-se como uma espécie de telurismo ufanista, pois a ligação do ser com a terra, seus costumes e sua origem é representada de forma idealista, buscando retomar e reforçar uma identidade mítica, inserida em uma suposta (imaginada) e homogênea tradição passadista, registro de memória que, deliberadamente, cogitou-se inscrever nas páginas da história, através da literatura. Nesse processo era preciso ver-se exótico, e para levantar os elementos necessários à recriação e inscrição desses registros na literatura houve o que podemos chamar *check-list identitário*⁴. Isto é, uma necessidade de eleger e organizar elementos representativos de espaço, povo, língua, costumes, ritos e tradições e ressignificá-los via literatura. Num contexto mundial pós Revolução Francesa, a burguesia propulsiona a divulgação da valorização nacional, pois a ela interessa também os poderes e os capitais da deposta monarquia e isso era aproximadamente o que acontecia no contexto brasileiro. Nesse sentido, Guilhermino César (1957) faz uma colocação interessante na abertura do capítulo *Preparação ao romantismo*,

⁴ Conceito de Anne-Marie Thiesse

quando cita duas mulheres inaugurando a literatura impressa no Rio Grande do Sul,

A Filósofa por Amor, de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, e as *Poesias* de Delfina Benigna da Cunha anunciam o desabrochar literário da província de São Pedro, em conjuntura social difícil, justamente quando o ofício das letras era quase defeso às mulheres.” (CESAR, 1957:105)

Ambas as obras antecederam Macedo e Alencar nos seus projetos propagandistas nacionais românticos, o que mostra que o Rio Grande do Sul se posicionava, ideologicamente na literatura e dentro do projeto nacionalista, como podemos ver em escritos de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas:

Foi o bem da Pátria que acendeu o primeiro facho da discórdia nesta Província? [...] quando esses Senhores pensaram fazer esta desgraçada revolução, seus corações não estavam cheios só desse louvável sentimento: aí entrou mais alguma coisa, ou interesse ou vingança. (apud MUZART, Zahidé L., 2000, p. 164)

E também em:

Ó minha Pátria! Lares nativos, que fostes testemunha dos brincos da minha infância! Campos, bosques, fontes, quanto não te choro eu hoje! ... Aí a mais pura alegria, a mais suave paz foram as minhas inseparáveis companheiras! (...) Em lugar de tuas folhas se vêem [*sic*] cardos e espinhos! Belmonte reduzido a um campo de batalha. (apud MUZART: 2000, p. 171)

Os textos citados são de 1836, um ano depois do início da Revolução Farroupilha. Não podemos dizer que é um texto esteticamente regionalista, mas nele consta a temática nativista ou telurista e por um viés um tanto inovador, uma espécie de registro de mudança do *statu quo* e a desconfiança de um programa político-ideológico de propaganda regionalista de guerrilha, com o qual a autora obviamente não compartilhava interesse.

Outro citado, no mesmo capítulo, é Araújo Porto Alegre. Apesar da assinalada falta de apreço que César demonstra para com os versos do poeta, ele diz

nas *Brasilianas* palpita, com efeito, um sentimento nacional exuberante, talvez exuberante demais. Aí se alterna o decassílabo com a redondilha algumas vezes, mas o setissílabo aparece ainda carente de ritmo e leveza. Contudo, é um ensaio que se deve respeitar, menos pelo que significa por si mesmo, [...], que pela inovação que traduz, pelo nacionalismo ardente que, apesar de tudo, conseguiu instilar em suas estrofes. (CÉSAR, 1957, p. 113)

Gulhermino Cesar aponta um desabrochar da literatura, quando a flor já está totalmente aberta, na minha opinião, afinal Porto Alegre já era personagem ativo na literatura, participando inclusive da revista *Niterói*. E depois fala de sentimento nacionalista exuberante demais pela composição parnasiana dos versos, mas será mesmo que essa crítica tem a ver com estética somente? Ainda, de acordo com José Veríssimo (1915),

As *Brasilianas* são uma obra de escola e de propósito, em que a intenção, louvabilíssima embora e às vezes realizada com talento, é mais visível que a inspiração. Estão muito longe da emoção sincera e tocante das *Americanas*, de Gonçalves Dias, que viriam dar ao íntimo sentimento brasileiro, qual era naquele momento histórico, a sua exata expressão. (VERÍSSIMO, 1915, p. 86)

De qualquer forma, dentro de um plano de preparação ao romantismo, como diz César, e como podemos depreender do trecho de Veríssimo, esses autores tiveram importância pela temática num plano de conjectura nacional. Pelo viés da perspectiva cultural, pode-se notar um estranhamento, pois ao passo que há um movimento separatista de guerrilha no estado, há também espírito ufanista nacional da literatura que mostra um sentimento de integração com a nação. Essa mentalidade republicana positivista que se configurava aponta uma vontade de autonomia geral do país. As obras citadas por Cesar, podem não ter a importância no caráter regional *per se*, mas apontam uma direção da literatura naquele momento.

Contudo, de acordo com definição deficitária (porém, importante) de Lucia Miguel-Pereira (1973), só “pertencem ao regionalismo obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciam dos que imprime a civilização niveladora.” (p. 179). Faço uso desse conceito, pois ele guiou a grande parte crítica literária brasileira. Nesse sentido, os trabalhos apresentados também propunham uma trajetória possível de movimento

regional. Todavia, foi o trabalho do grupo Partenon Literário que teve papel decisivo na história da literatura sul-rio-grandense, pois é a partir das produções e discussões suscitadas neste grupo que a união da literatura e de um projeto de visibilidade política regional se fundem. O fato de haver um grupo de intelectuais e literatos que pensavam as suas produções num contexto social ampliado tem o impacto para criar outra ruptura e estabelecer mais uma vez um novo projeto literário. Isto é, nesta fase o regionalismo passa a ser uma via dialética na construção da identidade e cultura regionais e da região num panorama nacional, delineando e demarcando no mapa cultural brasileiro uma possível regionalidade gaúcha. Vale ressaltar que essas mudanças de perspectiva cultural influenciam a literatura, porém, não a determinam. Segundo Regina Zilberman (1985), o regionalismo foi considerado tendência de ordem ideológica e ufanista, eventualmente ultrapassada, e pode ter sua validade questionada quando lhe falta universalidade artística. Isso é ponto de discussão pela crítica na avaliação da produção literária do estado, pois há uma fronteira bastante delicada para que o trabalho estético da literatura se perca, e reste apenas seu conteúdo ideológico. No entanto, é apropriado pensar a questão em dois tempos; fazendo a diferenciação de perspectiva crítica contemporânea e à época, para tentar determinar os critérios de exclusão ou inclusão canônica de algumas obras.

No plano político, em 1868, o grupo Partenon Literário já tentava fazer o que mais tarde seria a questão central dos modernistas paulistas de

1922, criar uma identidade própria e independente que valorizasse o legitimamente brasileiro. No caso de 1868, uma identidade regional, naquela ideia de registro telúrico, nativista, dentro de um programa de exaltação ao que era compreendido como brasileiro e gaúcho, por escolha deliberada. Daí a criação dos mitos, por exemplo, o monarca das coxilhas, sempre em cima de seu cavalo, sempre magnânimo. O problema é que agora a literatura brasileira é enxergada com um corte radical, no período que vai de 1870 até 1922, quando deveria ser vista como um árduo processo de mudança de perspectiva cultural. Isso criou uma visão canônica excludente: a tão aclamada reinterpretação da produção cultural brasileira de 22, assinalando o fim do caráter de inferioridade no panorama cultural mundial, especialmente na tensão que se fazia entre Brasil e Europa, vem carregada de uma esmagadora negligência de processos culturais interiores. Esta reorganização que define a originalidade brasileira na dialética universal-regional ressalta as diferenças que residem nos planos artísticos e políticos entre Modernismo e Regionalismo, exaltando um e descuidando-se do outro. O regionalismo que perpassa com mais força o movimento romântico, delineando as diferenças e peculiaridades culturais dentro da própria nação, como via dialética de integração nacional e denúncia, é relegado ao plano passadista e antiquado. Já no movimento modernista, a nação em amadurecimento, rompe paradigmas culturais mundiais e se torna o prisma pelo qual toda a literatura brasileira é analisada. De acordo com Hardman (1992) “Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias (...) construíram modelos de interpretação,

periodizaram, releeram o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 1922.”.

O que preocupa um tanto é a leitura linear evolutiva desses dois movimentos como manifestação artística e, talvez, como justificativa para centralizar a produção e a consagração do cânone brasileiro até hoje, e a exclusão de algumas obras de cunho regional. Conforme Antonio Candido

O regionalismo, que desde o início do nosso romance constitui umas das principais vias de autodefinição da consciência local [...] transforma-se agora no “conto sertanejo”, que alcançava voga surpreendente. Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência ao próprio país, a pretexto de amor da terra [...] que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito ideias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo estético. (CANDIDO, 1965, p.121)

Neste trecho o autor refere-se a Catulo da Paixão, Cornélio Pires, Valdomiro Silveira e Coelho Neto, relegando suas obras à sublitteratura. Logo adiante o autor diz que caberia ao modernismo dar rumo e orientação as nossas produções literárias. Em que se baseia fundamentalmente esta crítica? Que incômodo há em criar mitos na literatura ou mesmo na história? Grave é o apagamento da memória cultural via canonização de obras que registram parcialmente o pensamento de uma nação tão diversificada como o Brasil. É grave haver uma “tradição de reconstrução discursiva e de resistência ideológica” (p. 17), conforme Cícero Lopes (2005), pois esta leitura, como

mecanismo de poder, hegemoniza determinada parcela literária. Talvez, estudar literatura sem as marcar sacralizadas nas historiografias seja caminho para fazer ver as produções excluídas (do cânone) e os autores a margem (do poder) cultural.

Sendo assim, é moderna no movimento regionalista gaúcho, assim como na obra de Euclídes da Cunha, “a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro” (p. 345), nas palavras de Alfredo Bosi. Distante de uma perspectiva de regionalidade apenas geográfica, o centro cultural brasileiro era (e é ainda) São Paulo e Rio de Janeiro, o fato de o Rio Grande estar fora do eixo não retira seu mérito cultural. A experiência da modernidade, agenciada ou enfrentada, pode causar o mesmo estranhamento em qualquer parte do globo e os modernistas de 1868 já se davam conta disso. Vejamos o que diz Berman

(...) os modernismos do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes modernas, (...). Eles podem iluminar as forças contraditórias e as necessidades que nos inspiram e nos atormentam: nosso desejo de nos enraizarmos em um passado social e pessoal coerente e estável (...), nossa desesperada fidelidade a grupos étnicos, nacionais, classistas e sexuais que, esperamos, possa dar-nos uma firme “identidade”, e ao lado disso, a internacionalização da vida cotidiana – nossas roupas e objetos domésticos, nossos livros e nossa música, nossas ideias e fantasias –, que espalha nossas identidades por sobre o mapa-múndi; (BERMAN, 1987, p. 34)

O resgate e revalorização da terra, do passado, de tipos, de memórias aconteceram no movimento regionalista sul-rio-grandense e, como no modernismo, passaram pela exaltação, a desconstrução e a reinvenção de mitos e passados. Podemos observar essa perspectiva se seguirmos cronologicamente a linha de autores desde Apolinário até Simões Lopes Neto e, mais adiante Érico Verissimo. Ainda, conforme Bosi

Alguns de nossos regionalistas precederam, em contexto diferente, o vivo interesse dos modernos pela realidade brasileira total, não apenas urbana [...] O alto regionalismo crítico de Graciliano Ramos e a experiência estética universal do regionalista Guimarães Rosa, é mais fácil reconhecer o trabalho paciente e amoroso de um Valdomiro e de um Simões Lopes, voltados para a verdade humana da província; e tanto mais convence esse esforço quando nele entrevemos, para além da fruição do pitoresco, a pesquisa de uma possível poética da oralidade. Nem seria razoável pedir-lhes, que todos foram prosadores crescidos na tradição do conto oitocentista (BOSI, 1970:233)

Nessas reflexões é preciso entender quais as implicações de centro e região, e também, porque o centro é esse lugar privilegiado para a consagração da produção cultural. Uma hipótese é o Brasil ser composto de distintas e distantes regiões (e regionalidades) que constituem sua brasilidade, inserido num plano histórico e político de reivindicações programáticas centralistas, que aparecem representadas também na literatura.

De acordo com Guilhermino César (1957), *A Divina Pastora* de Caldre e Fião, primeiro presidente da sociedade Partenon Literário, é o

primeiro romance riograndense. A própria escolha de Fião para a presidência do grupo é ideológica, pois o autor já tinha certo renome nacional, o que poderia pôr o Rio Grande do Sul no mapa cultural do país. Ainda conforme César, “o regionalismo gaúcho deve ser considerado, no seu impulso e motivação instintivos, como esforço bem sucedido pela definitiva integração da raia sulina na cultura da nação” (p. 175).

Nesse momento, em que o estado passava a pensar em um programa com fins de representar uma certa identidade escolhida deliberadamente, o Partenon teve papel importante para a literatura do Rio Grande do Sul. E, quando Apolinário Porto Alegre, em 1872, publica o seu *Vaqueano*, para supostamente “corrigir” algumas representações errôneas da figura do gaúcho no livro *O Gaúcho* (1870) de José de Alencar, isso pode ser considerado projeto ideológico⁵. E, dessa forma, é ele que inaugura verdadeiramente o regionalismo no Rio Grande do Sul, pois conforme Flávio Loureiro Chaves

acrescentou-lhe a observação direta do meio, que faltava por completo ao escritor cearense. Ele é, portanto, o legítimo fundador do regionalismo literário sul-rio-grandense, que nesse momento deixa de ser mero sentimento coletivo e se traduz como um programa de ação [...] Apolinário projetou-o na personagem imaginária de Avençal, condutor do exército farroupilha pelas trilhas da Grande Revolução. O seu mundo, caudatário do gosto romântico,

⁵ Mesmo Taunay, em 1872 já havia escrito *Inocência* e Bernardo Guimarães, *O ermitão de Muquem* em 1865, dentro dessa lógica regionalista.

agita-se nos rasgos heróicos dos protagonistas, nas grandes paixões que determinam o desfecho trágico da narrativa. (p.2)⁶

Guilhermino César (1957), em sub-capítulo intitulado *O grupo regionalista* faz um levantamento crítico de autores e obras do início do regionalismo até a fase naturalista e, neste levantamento inclui nomes como: José Bernardino dos Santos, Vítor Valpírio, Oliveira Belo, Carlos Jansen, João Mendes e Simões Lopes Neto. Porém, o desenvolvimento deste assunto não é mérito deste artigo, já que o interesse aqui é verificar a mudança de perspectiva cultural e como ela e a literatura se afetam.

Mais tarde, temos o início de uma literatura regional realista. O realismo é entendido aqui como realidade não objetiva, mas perpassada pelo sujeito, com a implicação de estar longe de uma descrição ufanista, mas sim em mudança para uma perspectiva psicológica, conforme Pozenato (1974). Então, dentro desse projeto, sem abandonar, no entanto, um programa regionalista, Alcides Maya representa o seu gaúcho no passado, na nostalgia de algo que não é mais, no cerne do conflito da modernidade. Por conta de mudanças econômicas, da implementação do transporte ferroviário, a figura do tropeiro desaparecendo gradativamente, temos outra mudança de perspectiva cultural. É nesse contexto que Maia se insere, tratando de temas ditos universais, o autor usa a nostalgia da campanha, agora em ruínas, para

⁶ Texto acessado em 26/10/2009 e disponível em <http://www.paginadogaicho.com.br/bibli/vaqueano.htm>

elaborar sua prosa. Contudo, Cyro Martins, em *O legado cultural de Alcides Maya*, apesar de inúmeros elogios ao escritor, faz uma crítica

em muitos trechos, em especial na primeira parte de *Ruínas Vivas*. É difícil de conceber que um escritor do nível de Alcides Maya, senhor do amplo universo da cultura, freqüentador assíduo, desde mui jovem, dos mais significativos autores da filosofia, do ensaio e da ficção do século XIX, escrevendo em português depois de Eça de Queirós e Machado Assis, caísse na armadilha coelhonetana de atulhar certas páginas de seus textos de termos arrevesados, já em desuso na época, a ponto da leitura desses textos ser apenas possível com o dicionário na mão.⁷

É certo que aqui já podemos identificar acarretamentos da crítica literária, por exemplo em “armadilha coelhonetana”. Cyro faz crítica a Coelho Neto e enquadra Alcides Maia na mesma categoria para uso de “termos arrevesados”. Essa crítica traz os ranços dos conceitos de localismo formados há quase um século e reafirmados por tantos críticos ao longo da história da crítica literária no Brasil.

Outra figura importante da literatura em que a temática gauchesca é essência da sua obra ficcional é Simões Lopes Neto. O escritor articula homem, espaço e tempo, criando o narrador Blau Nunes,

o guasca sadio, a um tempo leal e ingênuo, impulsivo na alegria e na temeridade, precavido, perspicaz, sóbrio e infatigável; e dotado de uma memória de rara nitidez brilhando através de imaginosa e encantadora loquacidade servida e floreada pelo vivo e pitoresco dialeto gauchesco (p. 124)⁸

Simões Lopes Neto faz com que esses elementos (espaço e tempo) atuem como uma extensão do narrador e, a violência e a sátira intrínseca à obra são representadas como condição da Província sulina. A valorização de um passado sintetiza os valores gaúchos e aponta a harmonia social conquistada por meio dessa figura mítica e original do tropeiro. Diferente de Alcides Maia, segundo Regina Zilberman (1982), o autor, “retoma os elementos do regionalismo e transforma-os num instrumento de reflexão sobre a realidade gaúcha. Dá dimensão artística ao tipo regional enquanto um modelo propiciado pelo solo rio-grandense e solidário a ele” (p. 59). A linguagem, nessa diferenciação é ponto crucial, pois ela recria o mundo ficcional na obra de modo significativo e consistente, mas em que medida estamos lidando com ideias estanques de valor estético e de conteúdo da obra?

Todavia, é dito que o autor está fora de um programa ideológico, o que o coloca numa posição diferenciada em termos de elaboração de sua prosa. De acordo com Pozenato e sua diferenciação para regionalismo e regionalidade

⁷Texto sem referência de páginas acessado em 31/10/2009 e disponível em http://www.celpeyro.org.br/v4/Estante_Autor/OLegadoCulturaldeAlcidesMaya.htm

⁸ LOPES NETO, J. S. Contos gauchescos e Lendas do sul. Porto Alegre: Globo, 1949

Não é um regionalista, uma vez que constrói sua obra à margem de toda programação, com seus postulados ideológicos e estéticos. Conseguiu, de modo exemplar, realizar a regionalidade em seu sentido mais cabal: como uma metonímia da universalidade. (POZENATO: 1974p. 76).

Como a obra de Simões estaria fora de um programa ideológico? Voltamos às primeiras linhas de Candido, e a tentativa de encaixe num conceito estanque de universal e particular. Sendo assim, a caricatura que Coelho Neto faz com a voz do povo contraposta à voz culta do narrador é demérito. Já a construção de um narrador-personagem e de uma fala regional mais homogênea de Simões é mérito. Mas essa assimetria de maneiras de reelaboração da realidade de forma simbólica já não tem um valor *per se*? Sem nem mencionar apreciação estética, já que a estética por si mesma é uma via de análise duvidosa (todo gosto é construído), configura-se uma grande diferença e, conseqüentemente, lacuna de análise. Não se pode margear uma literatura apoiada em um cânone político.

Então, se dentro de um processo dialético, as narrativas recriam simultaneamente um conflito no enredo literário e uma paisagem regional necessários à verossimilhança da obra, como dizer tão precisamente o que se presta a literatura e o que não, se não for também por um viés político-ideológico. Se a regionalidade na literatura é uma metonímia da realidade, a perspectiva cultural do sujeito-escritor é fator fundamental de seu processo de escrita. Não é determinante, como já mencionado, mas é, muitas vezes, elemento condicional. Assim como uma perspectiva cultural pode aparecer

diretamente em seu narrador ou suas personagens, pode também marcar a obra ideologicamente. Agora, saber os elementos importantes para entender melhor esse movimento que perpassou a literatura, sem se deixar preso às armadilhas postas no caminho dessa história é poder criar uma nova perspectiva, talvez, menos excludente.

Considerações finais

Este artigo procurou buscar, dentro de uma visão histórico-cultural, algo que pudesse aproximar o entendimento do processo regionalista no Rio Grande do Sul e as implicações dele no sistema literário brasileiro e sul-riograndense, bem como agregação ou exclusão de obras no cânone. Também, procurou mostrar que literatura é, por vezes, uma provocação ao conhecimento das coisas e do mundo.

Essa dimensão recalcada, que parece ser o regionalismo, é uma margem na literatura. É realmente um espaço que não se define, *um espaço entre a luz e a sombra, entre a ciência e a superstição, entre o abismo dos temores e o conhecimento* do ser humano. Por isso, essa região dentro da literatura, e uso região porque realmente cria-se fronteiras e relações diferentes entre público, obra, autor e crítica, não parece ser entendida. Precisariamos mesmo ir além do que é dado, além do que é fato. Pois em maior parte, esta é a literatura do retrato mítico, das representações que seguem além da imaginação, tanto em termos de lugar quanto de pessoas e de seus costumes e modos de fazer e de sentir.

O regionalismo, enquanto projeto ideológico inserido num programa literário, também serviu para romper com uma cultura dominante – relacionada à centralização do Império e mais tarde da Primeira República e seus processos de modernidade – em um país colonizado, ajudando fortemente a desenhar suas diferentes identidades culturais, bem como estabelecer suas marcas de regionalidade. Mesmo encontrando manifestações de literatura regional anteriores ao projeto nacionalista, foi este que lhe injetou força e, usou a imagem do índio e dos tipos regionais brasileiros para quebrar a hegemonia cultural portuguesa. O regionalismo foi um movimento revolucionário em termos de mudança de perspectiva cultural, pois a literatura, além de criação estética de valor artístico, era também via dialética para se pensar a construção das identidades regionais e a formação política, social e cultural do Brasil. É importante pensar o termo regionalidade não apenas no sentido político-geográfico e sim no cultural. A literatura carrega marcas do particular cultural de cada autor e da região cultural com a qual ele se identifica e se relaciona. Sendo assim, deve-se pensar literatura, nesta perspectiva, como um produto estético não determinado pelo meio e nem feito para determiná-lo como algo específico. Porém, carregado de marcas culturais nos seus processos de formações regionais com suas peculiaridades e possibilidades. Ou seja, um registro de diferenças e distintas formas de lidar com as experiências do desenvolvimento social e cultural do indivíduo e da coletividade. As consequências do entendimento desses processos poderiam propor uma diferente leitura do cânone literário brasileiro, valorizando as

produções culturais que figuram as margens da história da literatura do Brasil. Então, que a diferença não seja nem mérito, nem demérito. Pois, a construção de identidade regional é poder de representar o que é também particular do ser humano. O que acomete o nordestino típico, o paulista urbano, o francês, o inglês, o gaúcho, é, fundamentalmente, o mesmo. E a diversidade de maneiras com que esses eventos são representados é que faz da literatura, e o que ela produz, algo tão vasto e inatingível.

Referências

- ANGENOT, Marc. Hégémonie, dissidence et contre-discours: réflexions sur les périphéries du discours social en 1899. *Études littéraires*, Montreal, v.22, n. 2, 1989. Disponível em <http://www.erudit.org/revue/etudlitt/1989/v22/n2/500895ar.html?lang=en> acesso em 22/07/2010.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *As regras da arte*.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1957.

HARDMAN, Francisco, F. Antigos modernistas. In: *Tempo e história*.

NOVAES, Adauto (org). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: USF/ Editora Contexto. p. 297- 328 1998.

LOPES, Cícero Galeano. *Literatura e Poder: a contribuição da literatura de dissidência*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LOPES NETO, J. S. *Contos gauchescos e Lendas do sul*. Porto Alegre: Globo, 1949

MARTINS, Cyro. O legado cultural de Alcides Maia. In: MARTINS, Cyro. *Escritores Gaúchos*. Porto Alegre, Movimento, 1981, p. 20-23. Disponível em

http://www.celpcyro.org.br/v4/Estante_Autor/OLegadoCulturaldeAlcidesMaia.htm acesso em 28/07/2010

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira*. Prosa e Ficção: de 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MUZART, Zahidé, L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

PERROT, Michelle et al. *História da vida privada, 4: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PORTO-ALEGRE, A. *O vaqueano*, 1872. Disponível em <http://www.paginadogaicho.com.br/bibli/vaqueano.htm> acesso em 26/08/2010

POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1974.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.